

MULHERES E FRONTEIRA NA CRONÍSTICA MEDIEVAL DIONISINA

por Ana Maria Rodrigues Oliveira

A minha comunicação tem por objectivo determinar o papel e a importância atribuídos à mulher nas crónicas medievais portuguesas do reinado de D. Dinis, enquanto símbolo e garante da paz trazida pelos acordos político-diplomáticos assinados em Alcañices. Para o efeito, foram elaborados vários mapas onde se cartografaram os topónimos relativos a acontecimentos associados à presença feminina, a qual, embora se revele minoritária em relação a um espaço tendencialmente masculino, não deixa de ser reveladora. Com efeito, se observarmos o mapa A, onde, a título de exemplo, cartografámos os topónimos relacionados com os personagens masculinos e femininos referidos pela *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* nas narrativas dos reinados de Dinis e Afonso IV,¹ facilmente concluímos que a geografia das crónicas privilegia a memória do espaço das atitudes e das movimentações do homem. Assim, para um total de 189 topónimos relacionados com a passagem ou a permanência de protagonistas masculinos, apenas encontramos 39 (cerca de 21%), para a mesma situação feminina, ou seja, a proporção aproximada de 5 para 1.

Ora bem, afinal o que é que nos revela o relativamente oculto espaço feminino das crónicas?

No mapa B, mapa onde se inclui a cartografia de todos os topónimos hispânicos relativos à presença feminina nas crónicas medievais portuguesas respeitantes aos reinados da 1ª Dinastia, apercebemo-nos de uma geografia reveladora de diferentes densidades

¹ Baseámo-nos em **Coelho, F. (1985)** para a cartografia dos topónimos mencionados a propósito dos personagens masculinos.

e intensidades toponímicas. A nível peninsular, a maior parte dos topónimos (cerca de 70%) localizam-se a Norte da linha do Tejo. A Sul, no espaço português, o Baixo Alentejo e Algarve são regiões onde as crónicas silenciam a presença feminina. Lugares de memória mourisca e de eventos das lutas da *Reconquista*, configuram-se como zonas dominadas pelas lembranças dos homens envolvidos nas antigas guerras da fronteira islâmica. Configuram, por isso, espaços de memória cronística essencialmente masculinos.

Assim, fora deste Sul, épico e viril, a toponímia portuguesa do mapa acantona a geografia feminina num espaço que vai do Alto Alentejo ao Entre Douro e Minho, às Beiras e, sobretudo, à faixa atlântica da Estremadura, em torno do eixo Lisboa-Coimbra, ou seja, na charneira ocidental dos contactos peninsulares entre um Sul tradicionalmente urbano e um Norte marcadamente rural, ou, se quisermos, no espaço de privilegiado relacionamento e aculturação entre o Portugal mediterrânico e o Portugal atlântico, o país concelhio e o país senhorial. Nessa região, onde se desenvolveram entre os séculos XII e XIV as vilas e as cidades, situam-se as povoações mais intensamente citadas a propósito das mulheres do passado do reino: Coimbra, Santarém e Lisboa. A par delas, apenas Évora, a cidade por onde passavam os mais fáceis caminhos que levavam aos restantes reinos hispânicos e, já em terras castelhana-leonesas, as urbes de Burgos, Valladolid e Sevilha.

Nos mapas C e D, encontra-se cronologicamente repartida a informação contida no mapa anterior. O mapa C contém os topónimos relativos aos reinados de Afonso Henriques a Afonso III (1128-1279) e o mapa D os que respeitam aos reinados de Dinis a Fernando I (1279-1383)².

No mapa C, onde se cartografam topónimos relacionados com mulheres presentes nas narrativas cronísticas dos reinados de Afonso I a Afonso III, o espaço feminino coincide, na sua quase totalidade, com o mundo vilão e urbano da Estremadura atlântica portuguesa, havendo prolongamentos a Norte, junto ao litoral, ao longo dos caminhos que conduzem à Galiza. Referente a um passado de

² Embora estes dois cortes cronológicos não sejam temporalmente iguais (o mapa C inclui um período de aproximadamente 150 anos e o mapa D cerca de 104 anos) pareceu-nos correcta esta separação por dois motivos essenciais. Por um lado, o facto de os reinados até Afonso III serem períodos de Reconquista e, consequentemente, alargamento do território, enquanto que os seguintes correspondem a um período de consolidação de fronteiras. Por outro lado, o facto de haver uma enorme diferença entre o espaço cronístico assinalado na primeira e na segunda época, pois a partir de Dinis inicia-se um período caracterizado por novos horizontes, novas linhas de acção e novos espaços, em tudo opostos aos anteriores.

Reconquista, onde o espaço masculino se concentra na fronteira militar contra o Islão e na rectaguarda senhorial do Minho rural, o espaço feminino apresenta-se como o espaço dos caminhos da grande via de comércio, a que Jaime Cortesão chamou *grande estrada geográfica, próxima e paralela à estrada marítima, que estabelecia comunicação entre o Norte e o Sul do país, permitindo um estreito contacto entre as populações costeiras*.³ A mulher associa-se, assim, ao eixo de comunicação sub-litoral a Norte do Tejo, remetendo, simbolicamente, para a *verdadeira estrada política*⁴ portuguesa, onde a intensa circulação de homens, mercadorias e ideias possibilitou a construção do reino e a sua prosperidade, como o testemunha a sucessiva localização das cidades capitais régias: Coimbra e, desde Afonso III, Lisboa.

Em terras castelhano-leonesas, Sevilha, Toledo e Benavente referenciam urbes onde a presença da corte régia justificou viagem e visitas femininas ligadas a missões político-diplomáticas. As duas primeiras cidades nomeiam-se nas notícias relativas a uma embaixada diplomática feita pela mulher de Afonso III de Portugal, a rainha Beatriz, junto do pai, o monarca Afonso X de Castela e Leão. A Benavente, deslocaram-se as infantas Sancha e Dulce Afonso de Leão, bem como sua mãe, Teresa Sanches de Portugal e ainda Berengária Afonso de Castela (segunda esposa de Afonso de Leão), aquando dos acordos feitos entre as duas infantas e o seu meio irmão, o rei Fernando III de Castela.⁵ No mesmo contexto, Tuy, Medina del Campo e Palência referem-se como sítios de esponsais e matrimónios onde as mulheres da realeza cristã peninsular testemunharam promessas de paz, reprodução e herança. Assim, Tuy cita-se a propósito das várias damas da corte régia portuguesa que aí assistiram ao casamento da infanta Mafalda, filha de Afonso Henriques, com o conde catalão Raimundo de Berenguer, enquanto Palência e Medina del Campo fazem parte do itinerário castelhano da infanta Mafalda Sanches de Portugal, por ocasião da deslocação que culminou no seu casamento com o rei Henrique I de Castela.⁶

Nos territórios portugueses, a presença da corte régia justifica a menção a Coimbra e Lisboa, enquanto centros urbanos associados à morada de soberanas e à celebração de casamentos reais como o de Mafalda de Moliã com Afonso Henriques⁷. De resto, são as

³ Cortesão (1978), p. 22.

⁴ Cortesão (1978), p. 232.

⁵ Sevilha. **CR1419**, I, p. 253 e **CRRP**, p. 175; Toledo. **CR1419**, I, p. 272 e **CRRP**, p. 188. **CRRP**, p. 57.

⁶ **CR1419**, I, p. 89 e **CRA**, p. 125. **CR1419**, I, p. 173 e **CRRP**, p. 58.

⁷ **CR1419**, I, p. 52 e **CRA**, p. 94.

soberanas e as infantas que motivam a maior parte das referências femininas feitas às cidades e vilas do reino, seja por nelas serem referidas no âmbito da realização de acordos político-diplomáticos, como acontece em Valença do Minho, onde se reuniram as infantas Sancha e Dulce Afonso de Leão, sua mãe, Teresa Sanches de Portugal e Berengária Afonso de Castela, para decidirem sobre os direitos sucessórios das infantas,⁸ ou por localizarem povoações visitadas em viagem, como ocorre para o Porto, a propósito da estada local da infanta Teresa Afonso, filha de Afonso Henriques⁹ ou ainda, mais frequentemente, por nelas se registar a localização de vários senhorios jurisdicionais femininos, casos de Montemor-o-Velho, Esgueira, Ourém, Alenquer e Campo Maior.¹⁰ Neste contexto, o cenário urbano tem nas mulheres privilegiadas protagonistas, capazes de organizar resistências e lutas destinadas à conservação dos seus poderes e direitos locais,¹¹ um posicionamento que tivera memória cronística inaugural nos combates travados em torno da posse de Guimarães pela condessa-rainha Teresa contra o filho Afonso Henriques.¹² Vilas e cidades associam-se, deste modo, a lugares de disputa, contratos, riquezas e poderes, em tudo exteriores ao contexto bélico-militar da *Reconquista*, aquele que caracteriza o espaço masculino dominante nas narrativas cronísticas relativas a este período.¹³

O mapa D, onde se cartografam topónimos relacionados com mulheres mencionadas nas crónicas dos reinados de Dinis a Fernando I, revela-se bem diferente do mapa C. A faixa atlântica a Norte do Tejo perde o seu tão acentuado predomínio, enquanto se "descobrem" espaços portugueses mais interiores, nomeadamente os relativos a povoações situadas em territórios contíguos ao reino castelhano, os

⁸ CRRP, p. 57.

⁹ CRA, p. 165.

¹⁰ Montemor-o-Velho, Esgueira e Alenquer registam-se como senhorios das infantas irmãs de Afonso II. Teresa Sanches de Portugal, para os dois primeiros - CRRP, p.p. 57 e 86 e. para o último. Sancha Sanches de Portugal - CRRP, p.p. 59 e 87. Ourém, menciona-se a propósito da rainha Mécia Lopes de Haro - CRRP, p. 135. Campo Maior, por sua vez, junto a Montemor-o-Velho, relativamente à infanta Branca Afonso de Portugal, a filha de Afonso III de que também se menciona a detenção dos senhorios dos mosteiros de Lorvão - CR1419, I, p. 253, CRRP, p. 175, e das Huelgas de Burgos - CR1344.IV, p. 242, CRB, p. 23 e CRRP, p. 175. A posse do senhorio monástico de Arouca também surge credenciado à infanta-rainha Mafalda Sanches de Portugal - CRRP, p. 59.

¹¹ Como refere Rui de Pina a respeito dos senhorios de Montemor-o-Velho e de Alenquer, defendidos pelas filhas de Sancho I contra o irmão, o rei Afonso II - CRRP, p.p. 87-90.

¹² CR1419, I, p. 23 e CRA, p. 51.

¹³ Veja-se Coelho, F. (1985), p.p. 96-102.

quais se prolongam, sem grande descontinuidade, pelas vilas e cidades assinaladas ao longo dos caminhos que percorrem a Meseta Ibérica, em direcção a Castela a Velha, Catalunha e Andaluzia.

Em termos históricos, tanto os finais do século XIII como o século XIV, correspondem a um período em que as relações portuguesas com a restante península, pacíficas ou violentas, se desenrolaram segundo novos moldes espaciais, substituindo-se o vector Norte/Sul, característico dos tempos da Reconquista, pela dinâmica da relação Oeste/Este, ou seja, a fronteira com o mouro, pela fronteira com o castelhano. Acompanhando esta mutação, o interior português passa, então, a ser recordado e nomeado nas crónicas dos reinados posteriores a Afonso III, sobretudo a Beira Alta e o Alto Alentejo, duas regiões particularmente utilizadas nos contactos luso-castelhanos. Enquanto espaço de memória masculina, o interior fronteiriço beirão e alentejano revela-se, em grande parte, um espaço militar, associado a guerras e fortificações.¹⁴ Na vertente feminina, os conflitos dão lugar a pacíficos contactos.

O Alentejo feminino das crónicas dos reinados de Dinis e Fernando I relaciona-se com a recordação de rainhas que aí tiveram corte e mais ou menos prolongada residência, sendo esse o caso da vila de Estremoz, morada de Beatriz Sanches de Castela e de Leonor Teles, e da cidade de Évora, solar de Leonor Teles e local dos casamentos de Pedro I com Constança Manuel e da infanta Maria, filha de Pedro I, com Fernando de Aragão. Também em Elvas, as soberanas são evocadas como protagonistas de cerimónias organizadas para celebrar casamentos régios, mencionando-se a propósito de festividades assistidas por várias mulheres da família real, como foi o casamento de Beatriz Fernandes de Portugal com João I de Castela, ou no âmbito de encontros necessários à discussão de complicadas ajudas e alianças político-militares, como foi o caso de Maria Afonso, que, como intermediária do marido, o rei Afonso XI de Castela e Leão, veio a Évora negociar com o pai ajuda militar contra os muçulmanos, tendo passado por Elvas, Juromenha e Terena. Outras duas povoações alentejanas, Borba e Estremoz, referem-se como escalas de viagem de Leonor Teles a Elvas, por ocasião do casamento de sua filha e quando aí se dirigiu, em companhia do rei Fernando para um encontro com o monarca castelhano.

A Norte do Tejo, o interior fronteiriço, cita-se em parecidos contextos. São os casos de Alfaiates e do Sabugal, vilas onde se realizaram casamentos de rainhas, envolvendo as notícias que lhe são dedicadas a menção a itinerários por povoações relacionadas com

¹⁴ Coelho, F. (1985), p.p. 102-106.

essas cerimónias. Assim, em Alfaiates, teve lugar o casamento de Maria Afonso, assinalando Sabugal uma feminina escala de viagem.

Como prolongamento natural desta fronteira onde a presença das mulheres anula, momentaneamente, as bem distintas marcas masculinas da guerra, escaramuças e conflitos feudo-vassálicos, os cronistas também situam a tranquila e pacífica passagem feminina nas vilas e cidades castelhanas dos caminhos que comunicam com Portugal.

Assim, a cidade de Fuenteguinaldo lembra a celebração dos acordos matrimoniais do infante herdeiro Pedro I com Branca Peres de Castela, acordos partilhados e testemunhados pelas mulheres da realeza portuguesa.

A sul do Tejo, na vila fronteiriça de Jerez de los Caballeros, situam os cronistas a notícia de uma intervenção diplomática de Isabel de Aragão, já viúva do rei Dinis, destinada a pacificar conflitos ocorridos no reino castelhano entre a sua neta, Maria Afonso de Portugal e o marido, o rei Afonso XI de Castela e Leão. Idênticos propósitos atribuem as crónicas a uma acção desenvolvida em Badajoz pela soberana portuguesa Beatriz Sanches de Castela, a nora da rainha Santa e sogra do mencionado monarca castelhano.¹⁵ Ambas situações contribuem assim para associar o espaço do Entre Alentejo e Estremadura leonesa a femininas presenças, tão pacíficas e cooperantes como as que nessa região se recordam a propósito de viagens e momentos relacionados com a realização de bodas régias, localizando ainda Badajoz a passagem de rainhas e infantas como Maria Afonso de Portugal e Branca Peres de Castela; a primeira no seu regresso a Castela, após ter negociado com o pai ajuda militar contra os muçulmanos, a infanta castelhana, quando regressava ao seu reino após se terem desfeito os seus esponsórios com Pedro I de Portugal.¹⁶ Também em Badajoz se realizou o casamento da infanta Beatriz com o rei castelhano João I.¹⁷

Para lá das suas margens ocidentais, o espaço feminino castelhano-aragonês das crónicas medievais portuguesas, continua a remeter para um cenário tendencialmente urbano, tanto mais exclusivo quanto relativo a regiões com escassos informes geográficos acerca da presença das mulheres. Assim, se Aragão apenas figura através das urbes de Barcelona, local de residência de

¹⁵ Respectivamente, **CR1419**, II, p. 155, **CRRP**, p. 345 e **CRRP**, pp. 401-402.

¹⁶ **CR1419**, II, p. 327 e **CRRP**, p. 438. - **CR1419**, II, p. 295 e **CRRP**, p. 419.

¹⁷ **CRF**, p. 575.

Maria Peres de Portugal e Zaragoza, citada a partir da presença da rainha Joana Manuel, Leão representa-se, para além das vilas e cidades já nomeadas no seu espaço fronteiriço, por Toro, vila mencionada como morada de Maria Afonso e de Constança Manuel antes do seu casamento com Pedro de Portugal e Albuquerque, local de passagem das três infantas filhas de Pedro I de Castela quando se deslocavam para a Galiza. A Andaluzia centraliza em Sevilha a memória regional das mulheres do passado hispânico, aí se registando a passagem de Maria Afonso no seu regresso de uma embaixada feita a Portugal, e a residência de três infantas castelhanas e de duas das mais famosas mancebas da Castela de Trezentos - Leonor Nunes de Gusmão e Maria Padilha.

Passando agora a analisar o mapa E, cujos topónimos cartografam o espaço feminino das crónicas referentes ao reinado de D. Dinis, podemos observar como é nas memórias relativas a este monarca que se inicia a mutação espacial anteriormente referida, ou seja, a substituição do vector Norte/Sul que predominou nos tempos da Reconquista, pela relação Oeste/Este, enquanto direcção do registo da presença de mulheres. Assim, Bragança e Trancoso assinalam povoações onde se realizaram casamentos de rainhas, envolvendo as notícias que lhes são dedicadas menções a itinerários por povoações relacionadas com essas cerimónias. Assim, se Bragança localiza a primeira escala portuguesa da comitiva que conduziu ao reino a esposa do rei Dinis, Isabel Peres de Aragão, Trancoso assinala o lugar do respectivo matrimónio.¹⁸ Por outro lado, Guarda, cita-se como escala de viagem da mesma soberana, quando, em companhia do rei Dinis e de altos dignitários da corte portuguesa, integrava uma embaixada diplomática em trânsito para Castela.¹⁹

A Norte do Tejo, Alcañices, no espaço fronteiriço transmontano, recorda não só uma feminina morada régia, a de Beatriz Sanches de Castela quando aí foi trazida pelo marido, Afonso IV de Portugal, aquando da sua revolta, ainda infante, contra o pai, o rei Dinis, como, principalmente, lembra convívios, tratados e cerimónias onde rainhas e infantas tiveram destacada presença. Nesse sentido, as crónicas referem a permanência das rainhas Beatriz Sanches de Castela, Constança Dinis de Portugal, Isabel Peres de Aragão e Maria de Molina em Alcañices, por ocasião da celebração do tratado luso-castelhano de 1297.²⁰ Mais a Sul, a oriente da cidade

¹⁸ **CR1419**, II, p. 11 e **CRRP**, p. 230.

¹⁹ **CR1344**, IV, p. 248. **CR1419**, II, p. 51 e **CRRP**, p. 258.

²⁰ **CR1419**, II, p. 111 e **CRRP**, p. 293 e **CR1344**, IV, p. 246. **CR1419**, II, p.p. 41-44 e **CRRP**, p.p. 248-254.

da Guarda, Fuenteguinaldo, assinala um encontro travado entre Maria de Molina e o rei Dinis, destinado a pedir protecção portuguesa para o jovem Afonso XI, encontro e vistas para que também se refere a presença de Isabel Peres de Aragão.²¹ Muito perto, Ciudad Rodrigo, também se cita como palco de acordos diplomáticos entre Dinis, Maria de Molina e seu filho Fernando.²² A mesma cidade evoca-se ainda a propósito da breve permanência local da rainha Isabel Peres de Aragão, quando, na companhia do rei Dinis, por aí iniciava o longo périplo castelhano-aragonês que a levaria a Agreda e a Tarrazona, com passagem por Valladolid e Soria.²³

Nestas últimas cidades, a presença das mulheres salda-se, mais uma vez, pela recordação de uma benéfica e propiciadora presença urbana, nela se projectando a sua capacidade de promover paz, concórdia e riqueza. Nesse sentido, desde as vilas de Cuellar e de Agreda, na fronteira aragonesa, até à urbe régia de Valladolid, as povoações castelhanas reiteram a imagem de um passado feminino repleto de encontros, casamentos e esponsórios. Em Agreda, assinala-se o encontro de Branca de Nápoles, Isabel Peres de Aragão e Maria de Molina quando se dirigiam para Tarrazona, onde tiveram lugar as negociações da paz castelhano-aragonesa de 1304. Cuéllar regista-se como lugar de passagem de Isabel Peres de Aragão quando se dirigia para Tarragona. Valladolid, foi o local escolhido para as comemorações desta paz e para os acordos na presença de Constança de Portugal entre seu pai Dinis e seu marido Fernando de Castela sobre a ajuda que o rei português daria na luta contra os mouros de Granada.²⁴

Em suma, na sua geografia feminina, as crónicas sublinham particulares momentos de protagonismo das mulheres, tanto alegres e festivos, como sejam os casamentos, esponsórios e comemorações de acordos, como perturbadores e dramáticos, envolvendo, neste caso, a notícia da sua mediação na reposição da quebrada paz dos reinos peninsulares.

Tendo por pano de fundo um espaço em que as vilas e cidades constituem os principais pólos da presença feminina, as crónicas apresentam as mulheres como parte integrante dos bens e das riquezas urbanas que permitiram o desenvolvimento civilizacional da Hispânia cristã de Trezentos e Quatrocentos. Nesse sentido, as donas dos

²¹ **CR1419**, II, p. 117 e **CRRP**, p. 302.

²² **CR1344**, IV, p. 245. **CR1419**, II, p. 32 e **CRRP**, p. 243.

²³ - **CR1344**, IV, p. 248. **CR1419**, II, p. 152 e **CRRP**, p. 259.

²⁴ **CR1344**, IV, p. 249 e **CRRP**, p.p. 260-261. - **CR1344**, IV, p. 249. **CR1419**, II, p. 156. **CRRP**, p. 259. - **CR1344**, IV, p.p. 246-251. **CR1419**, II, p. 157 e **CRRP**, p. 262. - **CRRP**, p. 264.

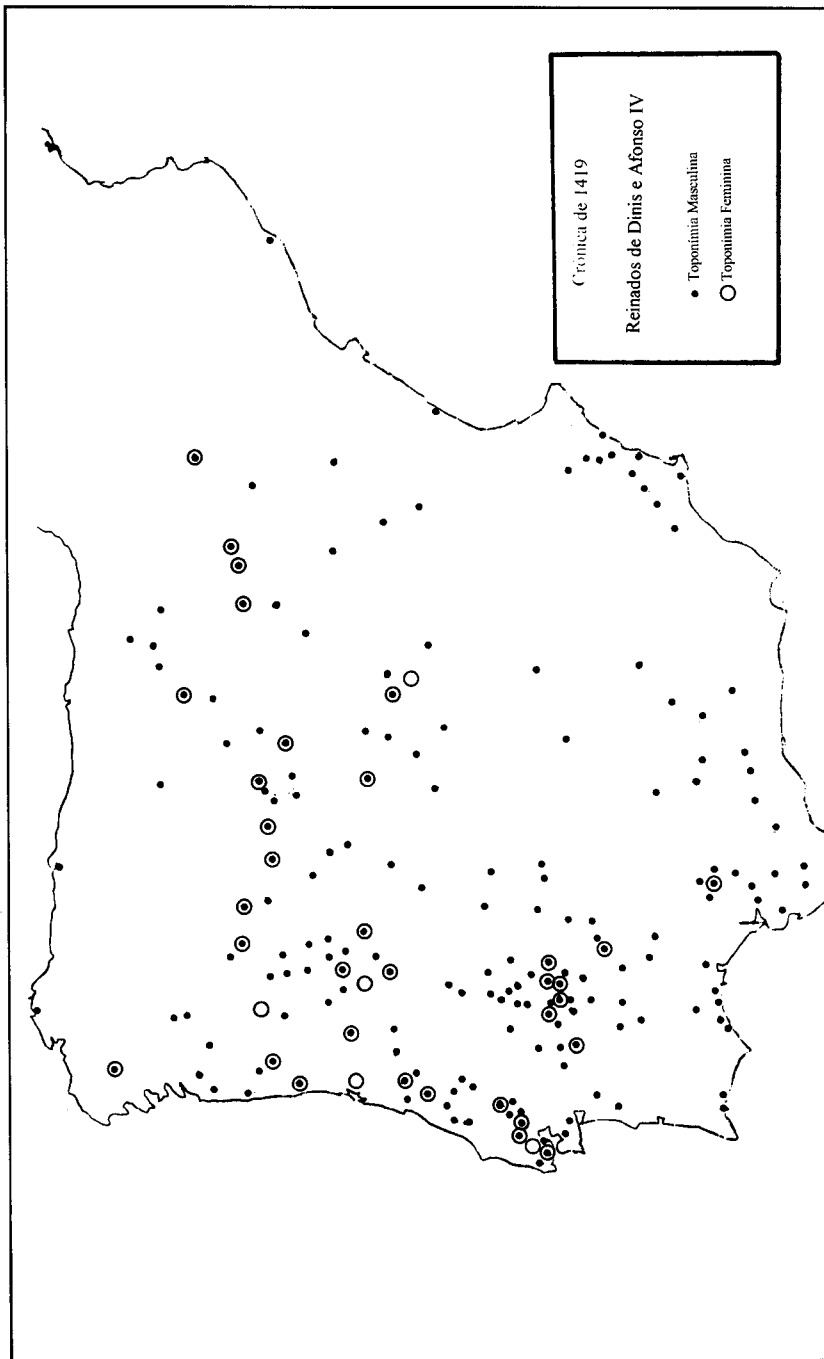
tempos idos, evocam-se como símbolos dos novos tempos. Associadas à morada e ao cerimonial das cidades, por elas circulando em grandiosas comitivas, são testemunhas dos tesouros que os reinos conservam e exibem, mais não seja que para demonstrar poderes e fortunas a propiciar e a superar pelos homens que os cronistas apresentam como últimos titulares e usufrutários.

Em oposição a um campo que remete para a ruralidade senhorial e varonil, a cidade, enquanto espaço relacionado com os valores da paz, da riqueza e da prosperidade a proteger e a multiplicar, conota-se com os princípios femininos da fertilidade e da reprodução. Tal como a Virgem se evocava como protectora e propiciadora das catedrais das urbes medievais, as crónicas nelas colocavam o cenário a partir do qual se lembrava a maior parte das donas do passado. Por elas, afinal, evocava-se a paz e a concórdia ibéricas trazidas pelos acordos celebrados entre os homens, como o que hoje se comemora, o Tratado de Alcañices.

BIBLIOGRAFIA CITADA

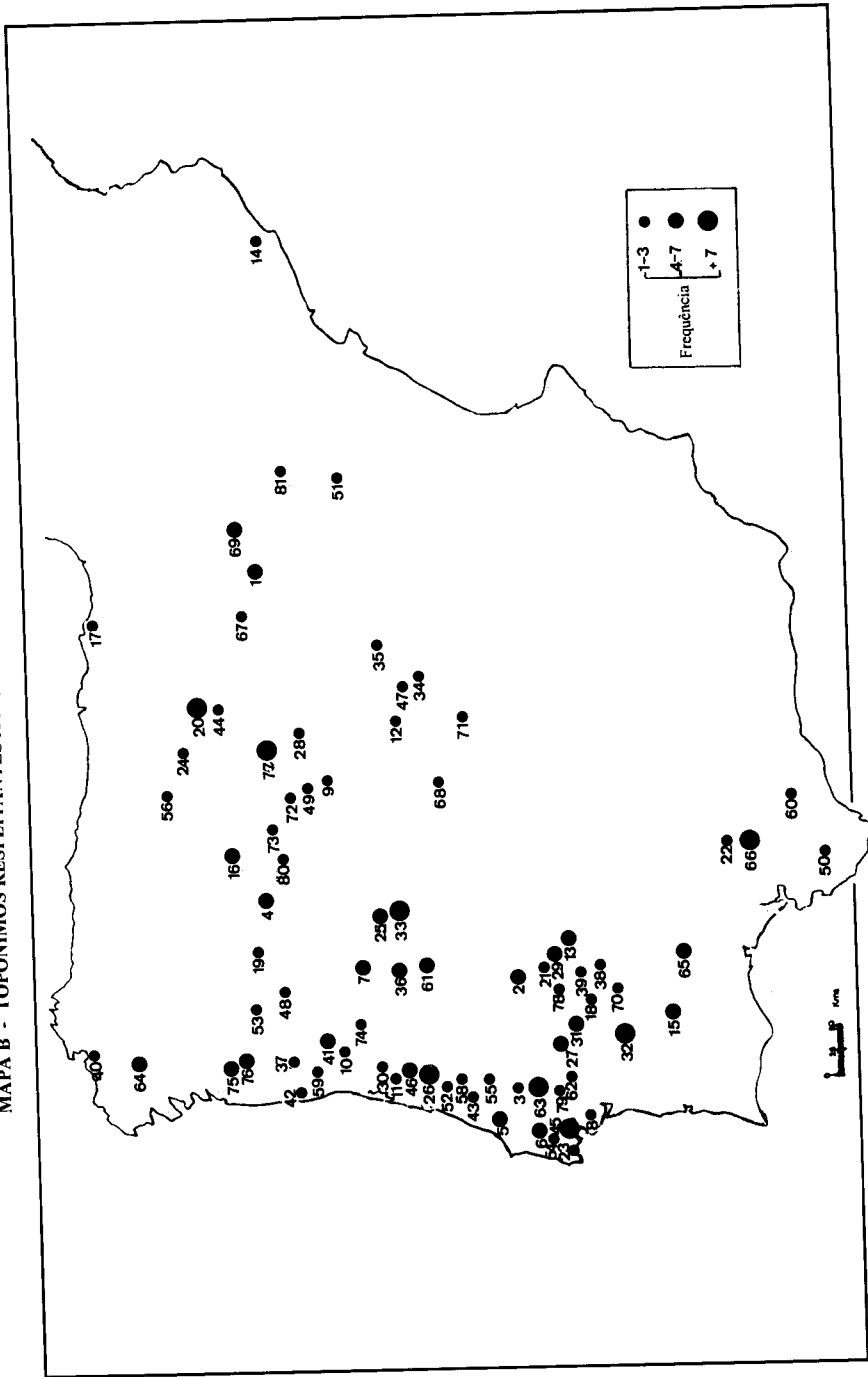
- CR1344** - *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L. Lindley Cintra, 4 vols, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983-1990.
- CR1419** - *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. C. Silva Tarouca, 3 vols, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953.
- CRA** - *Choronica de El Rei D. Affonso Henriques*, Duarte Galvão, Lisboa, Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1906.
- CRB** - *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, ed. Fernando Venâncio Peixoto Fonseca, Guimarães, 1986.
- CRF** - *Crónica de D. Fernando*, Fernão Lopes, ed. G. Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.
- CRP** - *Crónica de D. Pedro*, Fernão Lopes, ed. de António Borges Coelho, Lisboa, Horizonte, 1977.
- CRRP** - *Crónicas de Rui de Pina*, ed. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977
- Coelho, F. (1985)** - Filomena Lopes Coelho, "O Espaço e a História: cartografia dos topónimos da Crónica de 1419", in *Estudos Medievais*, 5-6, 1985, p.p. 91-128.
- Cortesão (1978)** - Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Horizonte, 1978.

MAPA A - TOPÓNIMOS RESPEITANTES A HOMENS E MULHERES

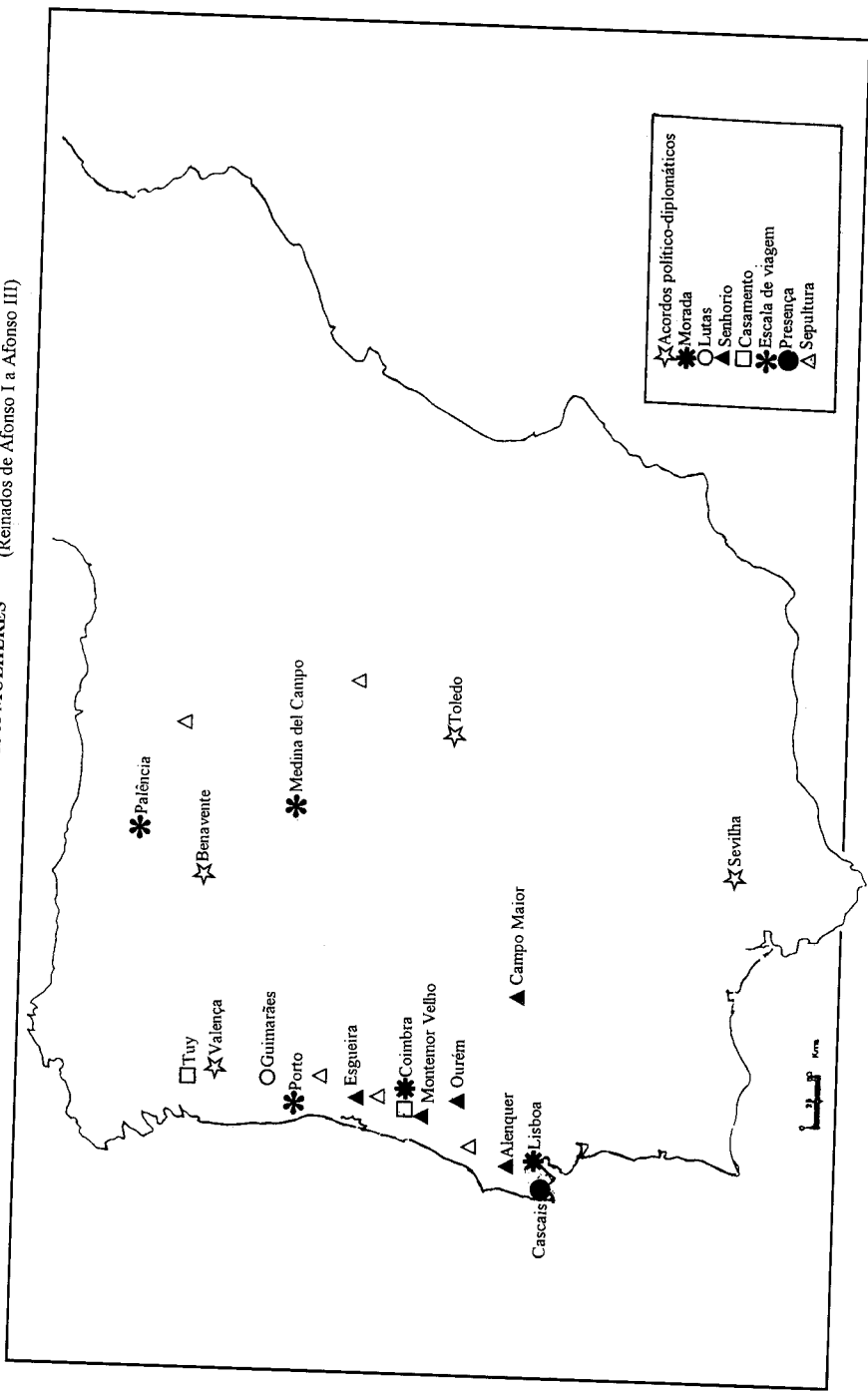


(Reinados de Afonso I a Fernando I)

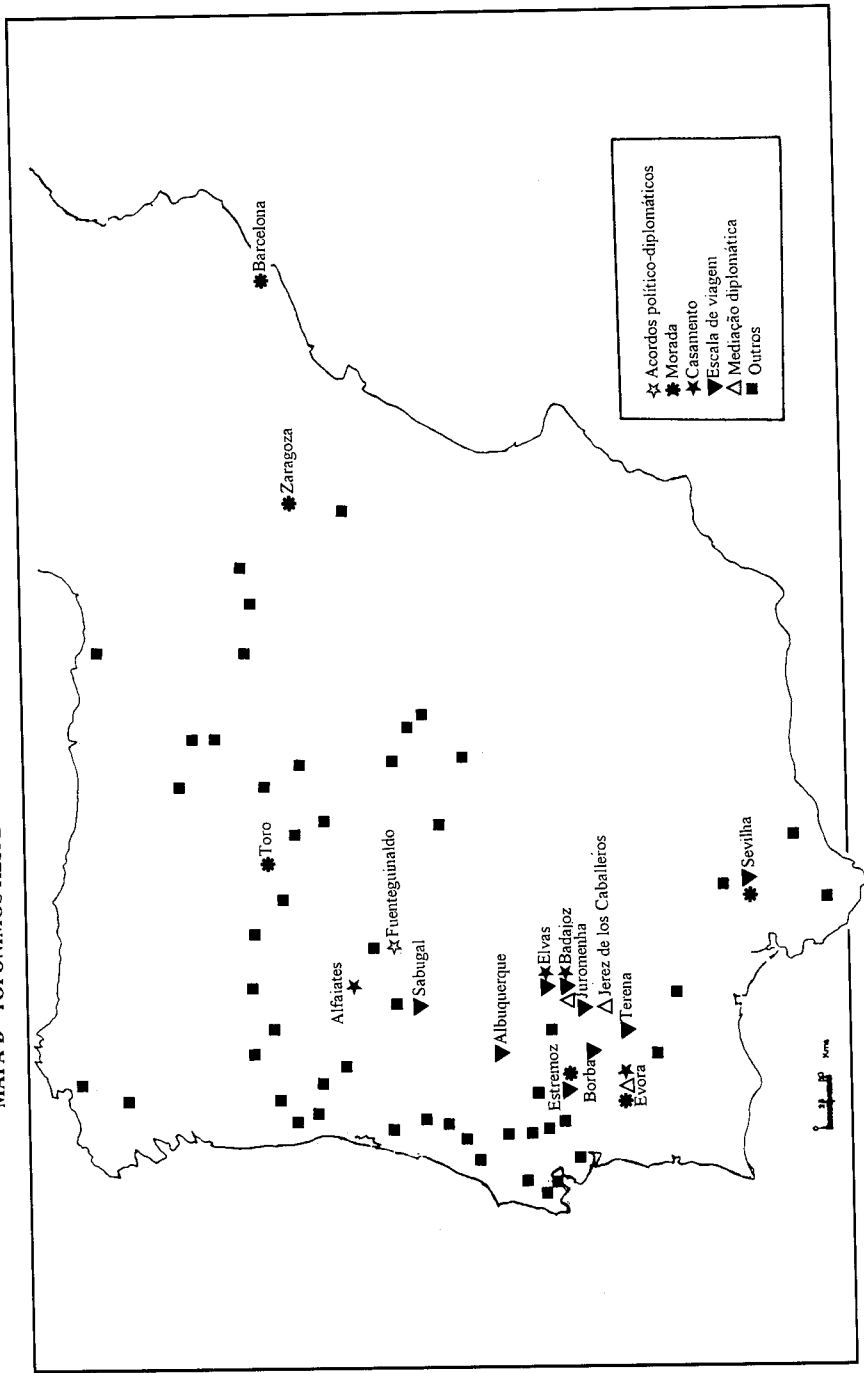
MAPA B - TOPÓNIMOS RESPEITANTES A MULHERES



MAPA C - TOPONIMOS RESPEITANTES A MULHERES
(Reinados de Afonso I a Afonso III)



MAPA D - TOPÓNIMOS RESPEITANTES A MULHERES (Reinados de Dinis a Fernando I)



MAPA E - TOPONIMOS RESPEITANTES A MULHERES (Reinado de Dinis)

